A DINÂMICA DA INFLAÇÃO FRENTE À COVID-19 POR GRUPOS DO IPCA ENTRE O PERÍODO DE 2018 A 2021

THE DYNAMICS OF INFLATION IN FRONT OF COVID-19 BY IPCA GROUPS BETWEEN THE PERIOD FROM 2018 TO 2021

Autora: Kryslaine Castro Ricordi
Filiação: Universidade Federal de Rondonópolis - UFR
E-mail: kryslaine45@gmail.com

Autora: Alícia Cechin
Filiação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Ipea
E-mail: alicia.cechin@ipea.gov.br

GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo
Este estudo teve por objetivo analisar a atuação da pandemia da Covid-19 no Brasil sobre a inflação dos produtos e serviços de quatro grupos selecionados, sendo eles: alimentação e bebidas; habitação; transporte; saúde e cuidados pessoais. O estudo concentrou-se nas duas seguintes perguntas, a pandemia da Covid-19 teve influência na inflação dos produtos e serviços no Brasil? Qual a consequência para o consumo das famílias sobre esses grupos de produtos e serviços? Para tal avaliação, utilizou-se inicialmente uma revisão bibliográfica e em sequência estatística descritiva para analisar os dados, com o intuito de atingir o objetivo proposto. Os resultados do período abrangido pelo estudo entre 2018 a 2021 mostram que a Covid-19 não é a única razão para tais efeitos inflacionários dos itens de cada grupo, mas possui uma grande contribuição para tal aumento. Ademais, cada produto e/ou serviço pode sentir de maneira diferente o efeito ocasionado pela pandemia, dado sua relevância na cesta de consumo das famílias brasileiras.
Palavras-chave: Inflação; Covid-19; Brasil; Consumo.

Abstract
This study aimed to analyze the performance of the Covid-19 pandemic in Brazil on the inflation of products and services of four selected groups, namely: food and beverages; housing; transport; health and personal care. The study focused on the two following questions, did the Covid-19 pandemic influence the inflation of products and services in Brazil? What is the consequence for household consumption on these groups of products and services? For such an evaluation, a bibliographic review was initially used, followed by descriptive statistics to analyze the data, with the aim of achieving the proposed objective. The results of the period covered by the study between 2018 and 2021 show that Covid-19 is not the only reason for such inflationary effects of the items in each group, but it has a great contribution to such an increase. Furthermore, each product and/or service may feel the effect caused by the pandemic in a different way, given its relevance in the consumption basket of Brazilian families.
Key words: Inflation; Covid-19; Brazil; Consumption.

1. Introdução

O reconhecimento do surto de SARS-CoV-2 foi observado pela primeira vez na cidade de Wuhan na China em dezembro de 2019, o SARS-CoV-2 é um betacoronavírus pertencente ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae com uma elevada transmissibilidade e de distribuição global. De acordo com o Ministério da Saúde (2021), a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o SARS-CoV-2 que é conhecido também como Covid-19, uma emergência de saúde pública internacional em 30 de janeiro de 2020 e

em 11 de março de 2020 fez outro comunicado declarando o Covid-19 como pandemia. Globalmente houveram 497.960.492 casos confirmados de Covid-19 incluindo 6.181.850 mortes relatados até 12 de abril de 2022 a OMS. No Brasil desde a confirmação do primeiro caso em 25 de fevereiro de 2020 conforme Ministério da Saúde (2020) até 12 de abril de 2022 houveram 30.152.402 casos da doença confirmado com 661.258 óbitos (OMS,2022).

Após a descoberta deste vírus de transmissão global, os fatores econômico e social passaram a ser uma preocupação sobre as possíveis consequências nos próximos anos. Não foi uma surpresa que as incertezas na economia aumentaram neste período de pandemia, se observou que as cestas de consumo de bens e serviços das famílias passaram por uma mudança de preço expressiva, já as taxas de inflação dentro deste período de pandemia encerraram o ano acima da meta esperada, se comparadas entre o ano de 2018 a 2021.

Diante dessa situação seguindo a definição de inflação do Banco Central do Brasil (BACEN), como sendo o aumento generalizado no nível dos preços de bens e serviços, os nove grupos de produtos e serviços definidos pelo Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) sofreram variações expressivas, entre eles os grupos de alimentação e bebidas, habitação, transporte, saúde e cuidados pessoais. Porém, esse aumento da inflação não atinge de forma igualitária as famílias devido à implicação no poder de compra da moeda, visto que cada família possui um perfil de renda e consumo diferente. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022) classifica essas famílias em seis faixas de renda domiciliar mensal da seguinte forma; primeiro a renda muito baixa com valor menor que R$ 1.808,79 mensal, a segunda faixa é a renda baixa entre R$ 1.808,79 e R$ 2.702,88 mensais, já a terceira faixa é a renda média baixa entre R$ 2.702,88 e R$ 4.506,47 a quarta faixa é a renda média com o valor entre R$ 4.506,47 e R$ 8.956,26 a quinta faixa é a renda média alta entre R$ 8.956,26 e R$ 17.764,49 e por fim a renda alta com ganho mensal maior que R$ 17.764,49 ambos os valores expressos são referentes a junho de 2021.

Visto que cada família tem uma composição de renda domiciliar diferente, logo suas cestas de consumo não são iguais, conforme o conceito econômico da Lei de Engel na qual diz que as famílias com menor renda têm um gasto com alimentação maior à medida que sua renda aumenta esse gasto tende a diminuir (CALLEGARO, 1982). As famílias com renda mais elevada alocam sua renda em maior parte para transporte e saúde conforme a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF, 2017-2018), então é compreensível que quanto menor a renda domiciliar mais propício fica a despender uma maior parte com o básico para sobrevivência sendo alimentação e habitação.

Sendo assim este estudo tem por objetivo compreender como este cenário de emergência de saúde ocasionado pelo vírus da Covid-19 influenciou as taxas de inflação dos grupos selecionados e ainda entender as consequências para o consumo das famílias brasileiras sobre esses grupos de produtos e serviços.

Posto isso, este estudo está dividido em quatro seções, sendo a primeira a introdução. A segunda seção apresenta a contextualização do tema em nível global e nacional, com o intuito de elucidar o efeito da pandemia no aumento generalizado no nível de preços na economia brasileira. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos utilizados no estudo, a quarta seção discute os resultados da pesquisa, a quinta seção trás as considerações finais, e por fim, elencam-se as referências bibliográficas.

2. Contextualização Global Do Vírus Sars-Cov-2

A identificação do surto de SARS-CoV-2 foi observada pela primeira vez em quadros de casos de pneumonia inexplicáveis na cidade de Wuhan na China no início de dezembro de 2019, conforme a OMS (2021) relatou em seu estudo conjunto OMS-China, os resultados mostraram que o SARS-CoV-2 é um betacoronavírus. Seu surto foi considerado explosivo, ou seja, com alta transmissibilidade, essa transmissão acontece principalmente por contato próximo ou direto, podendo se espalhar pela boca ou nariz de uma pessoa infectada por pequenas partículas liquidas, por exemplo, quando tosse, fala, espirra ou canta, ou então contrair o vírus por aerossol de curto alcance que é quando se contrai o vírus por partículas infecciosas que passam pelo ar sendo inaladas (OMS,2021). A nomenclatura do vírus SARS-CoV-2 também é conhecida globalmente como Covid-19. A Fundação Oswaldo Cruz explica o motivo desta nomenclatura:

> "O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados. " (FIOCRUZ,2021. n.p)

Os sintomas causados estão em constante evolução conforme resultados de novas pesquisas vão surgindo, mas até o momento o que se tem conhecimento dos possíveis sintomas provocados pela doença é:

> "Os sintomas e sinais mais comuns são principalmente respiratórios, parecidos com os de um resfriado ou gripe: tosse, febre, coriza (nariz escorrendo), dor de garganta, dores pelo corpo e dor de cabeça. Alguns casos da Covid-19 podem evoluir para pneumonia (tipo de inflamação que afeta os pulmões). Outros sintomas característicos da Covid-19 são a perda da capacidade de sentir cheiros e o gosto dos alimentos. Existem ainda outros sintomas menos comuns, como conjuntivite, náuseas (enjoo), dor de estômago, diarreia, lesões de pele (feridas na pele) e alteração do nível de consciência (confusão mental)." (FIOCRUZ,2022. n.p)

Diante desta situação El Khatib (2020) destaca o *Trade-Off* entre epidemiologia e economia na qual os países precisaram tomar decisões entre "salvar as pessoas antes de salvar a economia" ou então escolher "salvar a economia antes de salvar as pessoas" porque conseguir às duas opções em simultâneo, é uma missão difícil. Desta forma muitos optaram por decretarem *lockdown*, para que as pessoas ficassem em suas casas durante a passagem deste surto, consequentemente as atividades econômicas teriam que ser reduzidas significativamente provocando desaceleração econômica. Cunha (2020) cita que as restrições à liberdade individual e as fortes intervenções do Estado não são uma medida nova, em tempos de guerras, catástrofes naturais ou fortes crises financeiras, a imposição de medidas funciona de forma que preserve a coesão social e enfrente os desafios.

A vacina de prevenção ao vírus passou a ser esperada com ansiedade, toda a esperança de voltar ao convívio normal foi depositado na vacinação, esperava-se que com a vacinação

em massa a contaminação seria contida e o risco de contágio reduzido, Castro (2021) menciona que em 2020 as primeiras vacinas de uso emergencial foram autorizadas em alguns países europeus e nos Estados Unidos, mais precisamente o Reino Unido, este foi o primeiro país a iniciar a vacinação em 8 de dezembro de 2020.

As vacinas foram inicialmente produzidas com certa limitação enfrentando problemas na sua distribuição em curto prazo, os países economicamente desenvolvidos obtiveram um maior acesso à vacinação devido acordos de compra feitos com antecipação, enquanto países com uma estrutura de desenvolvimento inferior enfrentaram enormes dificuldades de acesso à aquisição das vacinas segundo Souza et al. (2021). O autor ainda destaca que a questão de distribuição injusta entre os países não é apenas uma questão ética, mas por se tratar de uma doença com alta transmissibilidade, a Covid-19 continuará a ser uma doença global enquanto existirem casos ativos ou países com baixo acesso às vacinas, até 17 de maio de 2022 um total de 12.186.798.032 doses de vacinas foram administradas conforme estatísticas (OMS, 2022).

2.1 O Brasil diante da pandemia da Covid-19

No Brasil o primeiro caso de coronavírus foi relatado em 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo conforme expõe o Ministério da Saúde (2020), um país composto por uma sociedade heterogênea, com vulnerabilidades socioeconômicas e sanitárias como o Brasil, ao vivenciar uma pandemia de nível mundial como a Covid-19, a pressão econômica se torna maior. É inegável que a desigualdade econômica e social sempre se mostrou um problema no Brasil e com o efeito da pandemia esse problema certamente seria ainda mais evidenciado. Desde então houve 30.791.220 casos confirmados de Covid-19, com o total de 665.627 óbitos relatados à OMS até o dia 13 de maio de 2022.

As medidas que poderiam ser adotadas para fins de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública estão descritas na Lei n° 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, embora conforme Aquino (2020) neste período o atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro adotou uma postura de minimizar a importância da Covid-19 e publicamente ser contrário as medidas implementadas nos estados e municípios, além de todo o conflito político com os diversos Ministros da Saúde que passaram pelo cargo durante a pandemia. Medidas para o controle da Covid-19 foram garantidas devido à autonomia administrativa dos estados e municípios para implementar suas determinações de enfrentamento a tal situação como o distanciamento social, proibição de eventos, restrição de horários, uso obrigatório de máscaras entre outras diversas medidas adotadas para frear a contaminação.

Além da situação de conflito político, o Brasil precisou enfrentar a situação da saúde pública que segundo Nascimento e Pacheco (2020) a saúde pública brasileira chegou à beira de um colapso, devido a não conseguir corresponder à demanda causada pelo vírus em razão da sua falta de infraestrutura de equipamentos, o que levou a ações emergenciais como implantação de hospitais provisórios, compra de equipamentos emergenciais, entre outras diversas medidas emergenciais possíveis e disponíveis no mercado conforme a grande demanda por estes. Castro et al. (2020) cita que a discrepância da disponibilidade de recursos humanos e hospitalares ainda é enfrentado de forma desigual a depender das regiões brasileiras o que acarretaria impactos nas taxas de letalidade e colapso do sistema de saúde.

Ainda com relação à saúde a vacinação no Brasil teve início somente no dia 17 de janeiro de 2021, data em que foi feita a aplicação pela primeira vez conforme CNN Brasil (2021), até a data de 25 de maio de 2022 cerca de 82,98% da população havia tomado a primeira dose da vacina, 77,1% tomou a segunda dose e somente 42,46% completou o

esquema vacinal com às três doses tomadas conforme Consórcio de veículos de imprensa (2022). Mas antes mesmo da primeira aplicação da vacina a "infodemia" sobre este assunto foi um destaque, conforme elencam Roberto et al. (2022), o termo infodemia se refere ao grande volume de busca por um assunto podendo se multiplicar em pouco tempo, em que esta informação pode ser verdadeira ou falsa. Barcelos et al. (2021) citam que durante a pandemia as campanhas antivacina associadas à *fakenews* ganharam um enorme espaço, segundo o Instituto Butantan (2022) a disseminação de informação falsa pode provocar impactos nas demais campanhas de vacinação podendo trazer de volta doenças já erradicadas no país, este movimento antivacina não é novo,surgiu em meados do século XIX.

Bresser-Pereira (2021) cita que as políticas públicas adotadas para o enfrentamento da Covid-19 partiu de três naturezas, política sanitária, política fiscal e política financeira, em uma breve explicação sobre suas características principais. A política sanitária auxiliou na diminuição dos números de infectados e os números de mortes causadas pelo vírus. Já a política fiscal garantiu uma renda mínima à população, ajudou na redução do desemprego e na queda do PIB além de segurar a quebra das empresas e por fim a política financeira ajudou a financiar as despesas associadas à Covid-19.

Bosquerolli et al. (2020) trazem que algumas das ações adotadas de paralisação das atividades econômicas para preservação da vida, com o conjunto de ações governamentais adotadas para reduzir o impacto social, sendo uma dessas medidas adotadas a Medida Provisórias (MP), programa emergencial MP 936 e mais tarde MP 1045, buscaram trazer garantia de emprego aqueles que já ocupavam postos de trabalho, em que o governo brasileiro estaria custeando parte dos salários dos trabalhadores, garantindo que as empresas mantivessem empregados seus trabalhadores. O auxílio emergencial, Lei n° 13.982 de 2 de abril de 2020 e o Decreto n° 10.661 de 26 de março de 2021, foi uma importante ferramenta também para manutenção da renda média domiciliar. E mesmo com esses benefícios emergenciais o IBGE (2021) estimou que cerca de 12 milhões de pessoas vivessem em extrema pobreza no Brasil em 2020, com menos de R$ 155,00 mensais, e 1 em cada 4 brasileiros viviam em situação de pobreza com menos de R$450,00 mensais, sem essas medidas o dano econômico e social poderia ser ainda mais trágico.

Vale ainda ressaltar um fator marcante para entender esse período de pandemia, se não bastassem as situações enfrentadas de conflito político, saúde e desemprego a fome é uma pauta a ser considerada. De acordo com Neri (2022) dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que a parcela de brasileiros que não teve dinheiro para se alimentar ou alimentar sua família na pandemia, ou seja, que viviam em situação de insegurança alimentar, era de 30% em 2019 e em 2021 passou para 36%, no ano de 2020 esta porcentagem chegou a ser reduzida para o percentual de 28% indicando uma correlação com o auxílio emergencial concedido pelo governo em 2020 que conseguiu amortecer o efeito da pandemia brevemente. Além disso, o autor acrescenta que o aumento da insegurança alimentar dos mais pobres no Brasil saiu de 53% em 2019 para 75% em 2021, enquanto a parcela da população mais rica obteve uma queda de insegurança alimentar passando de 10% em 2019 para 7% em 2021.

Ferreira Junior e Rita (2020) apresentam uma colocação interessante, ao analisar os efeitos da covid-19 na economia do Brasil que "Na hora da crise, somos todos keynesianos" em outras palavras, espera-se que em momentos de crise o governo intervenha de forma mais eficiente possível para solucionar ou amenizar os problemas do efeito da crise, mas consequentemente essa intervenção do governo neste período pandêmico leva ao aumento da despesa pública brasileira.

2.2 A Covid-19 nos gastos das famílias

Para compreender como os gastos das famílias foram afetados pela Covid-19, deve-se primeiramente entender que a inflação tem um papel importante nesta conjuntura. De forma bem resumida o BACEN (2022) explica que a taxa de inflação alta prejudica o crescimento econômico porque gera incertezas na economia, causando aumento dos preços de bens e serviços e diminui o poder de compra da moeda nacional. Ao avaliar a inflação neste momento de pandemia, se percebe que os altos percentuais de inflação no ano de 2021 não é uma exclusividade brasileira, é um fator que afetou a economia mundial conforme relatório do IPEA (2021), o preço do gás natural, do petróleo e das commodities agrícolas foram fatores que contribuíram para essa elevação mundial.

Parente e Lima (2022) destacam que a pandemia resulta no aumento dos preços dos produtos e serviços em que a população consome, visto isso, ambas as faixas de renda passam por um *trade-off* para ter acesso e para suprir suas demandas. Lino e Braz (2019) destacam que a flutuação dos preços dos alimentos compromete mais o orçamento das famílias de menor renda, logo o efeito inflação não é equivalente para todas as famílias. Baccarin e Oliveira (2021) seguem na mesma linha de pensamento de que os grupos de renda menores são os mais afetados pela alta da inflação, mas ainda acrescentam que, a consequência da diminuição do poder aquisitivo da moeda, faz com que esses grupos familiares passem por esse processo de *trade-off* em suas escolhas podendo agravar muitas vezes a situação de insegurança alimentar nutricional, como o caso da substituição dos produtos *in natura* por produtos com um alto teor de processamento.

Sabe-se que no ano de 2021 a inflação brasileira fechou em 10,06%, acima do centro da meta esperada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3,75% (BACEN, 2022). Alguns dos grupos destacados através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pelo IBGE (2022) que ajudaram a influenciar neste percentual tão alto foram, o grupo de transportes que obteve uma variação acumulada de 21,03% o grupo de habitação com a variação de 13,05% o grupo de alimentação e bebidas com 7,94% e o grupo de saúde e cuidados pessoais com uma variação de 3,70%, ambos percentuais referentes ao ano de 2021.

Existindo um aumento da inflação em que os salários/renda se mantêm em termos nominais enquanto os preços se elevam, as pessoas perdem o poder de compra e a tendência da população é passar a consumir menos ou fazer substituições. Mas visto que a distribuição de renda não é igualitária no Brasil, o consumo de quem já tem limitações é muito díspar aquele que possuí privilégios de renda, ou seja, a dissemelhança do efeito da inflação entre as classes sociais se caracteriza pela diferença da composição da cesta de consumo. Usualmente o grupo de alimentação e habitação possuem um espaço maior no orçamento das famílias de renda baixa. A elevação nos itens desses grupos, por exemplo, do gás de cozinha e da energia elétrica atingirá mais as famílias de renda baixa que tem uma composição de cesta voltada à sobrevivência.

Diante da revisão bibliográfica apresentada, este trabalho busca justamente analisar as alterações desses quatro grupos, num esforço de compreender a influencia sobre as famílias brasileiras, devido à alta destes itens e quais produtos ou serviços alavancaram essa variação dentro desses grupos.

3. Metodologia

A presente pesquisa iniciou-se com a revisão de literatura no qual segundo Vosgerau et al. (2014) a revisão neste tipo de produção é feita por procedência permitindo ao pesquisador uma contextualização, uma problematização e por fim uma validação que favorecem sua pesquisa. Posteriormente foi utilizada a pesquisa descritiva com fonte de informações bibliográficas e com métodos estatísticos.

Conforme Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de uma determinada população, pode estudar as características de um grupo como sexo, distribuição por idade, nível de renda entre outras inúmeras características. Comenta ainda, que a utilização do método estatístico é uma importante colaboração para a investigação em ciências sociais e tem um razoável grau de precisão reforçando as conclusões obtidas, conhecimento em setores como psicologia e economia tem seus conhecimentos obtidos através da utilização deste método estatístico. Ainda segundo Gil (2008) a informação de pesquisa bibliográfica é feita através de um material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos e tem sua vantagem no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos amplo.

Os dados para a análise de estatísticas foram obtidos através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em que identifica a variação mensal e a acumulada no ano dos grupos de produtos e serviços, além das informações sobre o histórico da meta para inflação obtidos através do Banco Central do Brasil (BACEN) e por fim os dados do Painel da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o Coronavírus, todos os dados referem-se ao período de 2019 a 2021.

4. Resultados E Discussões

Elucida-se nesta seção os resultados e discussões em torno do efeito que a pandemia da Covid-19 provocou sobre a inflação dos grupos de bens e serviços de consumo das famílias brasileiras, sendo eles, transporte, habitação, alimentação e bebidas, saúde e cuidados pessoais.

Inicialmente em um contexto geral para conhecer as metas e o percentual alcançado da inflação, nota-se na Tabela 1 as metas definidas pelo CMN para inflação no período de 2018 a 2021. Entre os anos de 2018 a 2020 a inflação permaneceu conforme o percentual esperado do intervalo de tolerância de 1,50 p.p para mais ou para menos, enquanto no ano de 2021 a inflação alcançou o elevadíssimo percentual de 10,06%, encerrando o ano com este percentual muito acima do intervalo de tolerância esperado. Conforme o parágrafo único do artigo 4° do decreto 3.088 de 21 de junho de 1999, caso a inflação fique fora do intervalo de tolerância da meta determinada, o presidente do Banco Central do Brasil[1]devera divulgar publicamente por meio de uma carta aberta ao Ministro de Estado da Fazenda as razões deste descumprimento, as providências para assegurar o retorno da inflação e os prazos esperados para tais providências fazerem efeitos.

[1] Roberto de Oliveira Campos Neto é o 27° presidente do Banco Central do Brasil, começou a ocupar o cargo desde 28 de fevereiro de 2019 conforme nomeação publicada no Diário Oficial da União edição extra 42-A seção 2 página 1.

> "Os principais fatores que levaram a inflação em 2021 a ultrapassar o limite superior de tolerância foram os seguintes: i. forte elevação dos preços de bens transacionáveis em moeda local, em especial os preços de commodities; ii. bandeira de energia elétrica de escassez hídrica; e iii. desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos, e gargalos nas cadeias produtivas globais." (BACEN, 2022, p. 2)

Tabela 1 – Histórico de metas para a inflação

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Tamanho do intervalo +/- (p.p.)	Intervalo de tolerância (%)	Inflação efetiva (Variação do IPCA, %)
2018	Resolução CMN nº 4.499	30/06/2016	4,5	1,5	3,0-6,0	3,75
2019	Resolução CMN nº 4.582	29/06/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	4,31
2020	Resolução CMN nº 4.582	29/06/2017	4,00	1,5	2,50-5,50	4,52
2021	Resolução CMN nº 4.671	26/06/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	10,06

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do Banco Central do Brasil (2022)

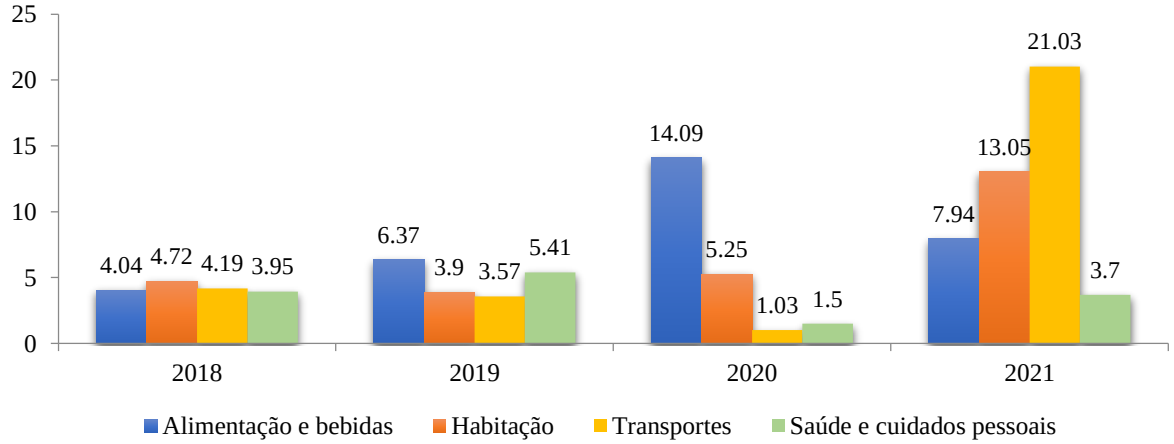
Em concordância com a carta divulgada, os principais fatores citados para a elevação da taxa de inflação de 2021 foram resumidamente a pressão sofrida nos preços das commodities que aumentou como também o enfrentamento da maior crise de escassez hídrica[2] enfrentada desde 1931 conforme relata o ex-ministro de Minas e Energia do Brasil, Bento Albuquerque[3]. Outros fatores que também obtiveram sua contribuição para tal fato foram os gargalos nas cadeias produtivas provocados pelo desequilíbrio da oferta e demanda, a falta de mão de obra e os problemas logísticos, esta aceleração da inflação em 2021 chegou a níveis globais, alcançando a maioria dos países, sendo eles, desenvolvidos ou emergentes.

A seguir na Figura 1 é apresentado o percentual acumulado do IPCA em 12 meses para o período de 2018 a 2021.

[2] Em consequência a esta situação foi criada a bandeira de escassez hídrica do setor elétrico que tarifou entre o período de setembro de 2021 até abril de 2022 da seguinte forma, a cada 100 kWh consumido acrescenta a cobrança de R$ 14,20 a mais na tarifa de energia elétrica.

[3]Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior ocupou o cargo de ministro de Minas e Energia do Brasil no período de 01 de janeiro de 2019 a 11 de maio de 2022 quando foi exonerado conforme decreto publicado no Diário Oficial da União edição 88 seção 2 página 1.

Figura 1 - IPCA - Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do IPCA (2022)

Em seguida comentam-se separadamente alguns dos motivos que contribuíram para tais percentuais do IPCA dentro deste período selecionado, de acordo com cada grupo.

Quadro 1 - Alimentação e bebidas - Variação acumulada no ano (%)

Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação
	Tangerina	76,4		Feijão - branco	98,21		Óleo de soja	103,79		Café moído	50,24
	Tomate	71,76		Feijão - carioca (rajado)	55,99		Arroz	76,01		Mandioca (aipim)	48,08
2018	Cebola	36,71	**2019**	Banana-da-terra	46,02	**2020**	Feijão - macáçar (fradinho)	68,08	**2021**	Açúcar refinado	47,87
	Laranja - baía	33,4		Capa de filé	39,41		Batata-inglesa	67,27		Pimentão	39,16
	Pimentão	27,13		Acém	36,22		Laranja - lima	53,1		Açúcar cristal	37,55

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do IPCA (2022)

Analisando-se, inicialmente com base no grupo de alimentação e bebidas, o ano de 2018 atingiu a variação acumulada de 4,04%, um dos motivos principais para tal fato foi à greve dos caminhoneiros[4], segundo Candido et. al (2019) a greve iniciou no dia 21 de maio de 2018 e continuou por mais onze dias nas rodovias estaduais e federais por todo território brasileiro, mediante a esta situação resultou na falta de abastecimentos dos supermercados, logo os preços dos alimentos principalmente os frescos foram elevados, como pode ser observado no Quadro 1, em um *ranking* do tipo "top cinco" os produtos que apresentaram

[4]A greve é garantida pelo artigo 9° da Constituição Federal de 1988, de acordo com Moreno et. al (2018) a classe reivindicava inicialmente a redução do preço do diesel e o fim da política de aumentos diários da Petrobras, logo mais incluíram varias outras reivindicações, dessa forma obteve sucesso em quase todas as solicitações.

maior variação acumulada do IPCA ao longo do ano, conforme dados do IBGE (2022),os produtos frescos em 2018 foram os que mais sofreram com o aumento dos preços como a tangerina com 76,4% de variação acumulada no ano, o tomate com 71,76%, a cebola em 36,71%, a laranja com 33,4% e o pimentão 27,13%.

Já no ano de 2019 este grupo obteve uma variação acumulada do IPCA ainda maior que no ano anterior de 6,37%,conforme Barros (2020) esta alta dos preços dos alimentos e bebidas aconteceu devido ao aumento das exportações para a China e à desvalorização do real, os itens que lideraram a representação de maior aumento deste grupo foram (Quadro 1) feijão branco 98,21%, feijão carioca 55,99%, a banana da terra 46,02%, capa de filé 39,41% e acém 36,22%, nota-se que os itens que obtiveram essa variação maior em 2019 são bem diferentes aos itens do ano de 2018.

Para o ano de 2020a variação acumulada foi 14,09%,tal porcentagem foi impulsionada pelo óleo de soja com aumento de preços de 103,79% o arroz 76,01%, feijão fradinho 68,08% a batata inglesa 67,27% e a laranja lima 53,1%. Em um ano marcado pela pandemia da Covid-19 este foi um movimento global de alta nos preços dos alimentos, esta contribuição se deu principalmente pela forte demanda por esses produtos, pela alta do dólar e do preço das commodities no mercado internacional, em concordância com o estudo de Kislanov (2021).

Em relação ao ano de 2021 o acumulado ficou em 7,94% um valor menor ao se comparado com o de 2020, os itens que impulsionaram esse percentual foram o café moído 50,24%, a mandioca 48,08%, açúcar refinado 47,87%, pimentão 39,16% e o açúcar cristal 37,55%, os problemas climáticos foram em base os motivos que contribuíram para tais aumentos, Kislanov (2022) destaca que o aumento no preço do café foi ocasionado pela dificuldade de atender a demanda tanto interna como externa, devido às geadas no inverno do segundo semestre do ano que prejudicou a produção dos grãos, já o aumento do preço do açúcar ocorreram devido a uma oferta menor do insumo por questões climáticas acarretando à competitividade da matéria-prima para a produção do etanol e também para exportação.

Quadro 2 - Habitação - Variação acumulada no ano (%)

Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação
2018	Carvão vegetal	14,05	2019	Gás encanado	15,89	2020	Tijolo	29,79	2021	Mudança	37,09
	Gás encanado	11,31		Taxa de água e esgoto	7,05		Material hidráulico	18,19		Gás de botijão	36,99
	Tinta	9,2		Areia	6,85		Cimento	17,0		Gás encanado	28,49
	Energia elétrica residencial	8,7		Ferragens	6,19		Telha	14,65		Material hidráulico	23,12
	Ferragens	8,18		Inseticida	5,76		Revestimento de piso e parede	13,4		Revestimento de piso e parede	21,23

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do IPCA (2022)

Em relação ao grupo de habitação (Figura 1) em 2018 o percentual da variação acumulada no ano 4,72% foi puxado principalmente pelo carvão vegetal que obteve uma variação acumulada do IPCA de 14,05%, conforme apresentado no Quadro 2. Logo atrás do

carvão vegetal o gás encanado alcançou a variação de 11,31%, a tinta 9,2%, a energia elétrica residencial 8,7% e ferragens 8,18%.

Já para o ano de 2019 a alta de 3,9% um percentual menor ao ser comparado com o ano anterior, mas ainda assim não é um percentual favorável ao consumidor, os itens que contribuíram para tal fato foram (Quadro 2): gás encanado 15,89%, a taxa de água e esgoto 7,05%, areia 6,85%, ferragens 6,19% e inseticida 5,76%. No ano de 2020 o percentual da variação acumulada para este mesmo grupo fechou o ano com 5,25% uma alta puxada principalmente pelos insumos da construção como o tijolo com 29,79%, material hidráulico 18,19%, cimento 17,0%, telha 14,65% e revestimento de piso e parede 13,4% um ano muito aquecido para o ramo da construção, com uma alta demanda conforme elenca a economista Ieda Vasconcelos, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2022).

Em relação ao ano de 2021 o acumulado de 13,05% veio dos itens como mudança 37,09%, gás de botijão 36,99% e o gás encanado 28,49% o material hidráulico 23,12% e o revestimento de piso e parede 21,23%. Consoante a CBIC (2022) o ano de 2021 continuou com o mercado da construção aquecido com uma alta demanda por seus insumos, fazendo com que houvesse aumento dos preços, outra questão que teve contribuição foram os constantes reajustes de preços do gás devido à política de preços da Petrobras que é atrelada a variação de preço do dólar, conforme explicam Saraiva et. al (2022).

Quadro 3 – Transporte - Variação acumulada no ano (%)

Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação
2018	Aluguel de veículo	36,81	**2019**	Trem	10,58	**2020**	Pneu	16,37	**2021**	Etanol	62,23
	Gás veicular	22,18		Etanol	9,85		Aluguel de veículo	11,88		Gasolina	47,49
	Passagem aérea	16,92		Gás veicular	9,69		Óleo lubrificante	5,47		Óleo diesel	46,04
	Trem	11,13		Metrô	7,36		Metrô	4,74		Gás veicular	38,72
	Ônibus interestadual	8,47		Ônibus urbano	6,64		Acessórios e peças	4,44		Transporte por aplicativo	33,75

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do IPCA (2022)

O grupo de transportes para o ano de 2018 conforme observado chegou a taxa de 4,19% (Figura 1), elucida-se no Quadro 3, o aluguel de veículo com a variação de 36,81% está na primeira posição do que mais influenciou a inflação deste grupo por motivos principais de crescimento de mercado conforme a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA, 2019) cresceu 15,5% o número de locadoras e o seu faturamento atingiram R$ 15,3 bilhões em 2018, logo, se subentende que a demanda por este serviço cresceu também. Em seguida o gás veicular foi um dos cinco responsáveis com maior percentual acumulado de variação do IPCA deste grupo com 22,18%, em seguida as passagens aéreas 16,92%, o trem com 11,13%, e o ônibus interestadual com 8,47%.

Quanto ao acumulado de 3,57% em 2019, percentual este menor em comparação ao ano de 2018, mas ainda assim é um percentual desvantajoso ao consumidor, ocorreu em decorrência dos seguintes itens (Quadro 3): trem 10,58%, etanol 9,85%, gás veicular 9,69%, metrô 7,36% e ônibus urbano 6,64%, itens estes que subiram acima da inflação do ano.

O ano de 2020 fechou com o menor percentual a se comparado aos anos de 2018 e 2019 com o total de 1,03% de variação acumulada, este percentual segundo Kislanov (2021) se deu por conta da queda forte no preço da gasolina no mês de abril a maio e também pela queda das passagens áreas, o que já era de se esperar que neste ano o percentual fosse menor devido todas as questões impostas da pandemia sobre o isolamento social e as restrições de circulação. Logo os itens que puxaram esse percentual para cima foram à alta no preço do pneu 16,37%, aluguel de carro 11,88%, óleo lubrificante 5,47%, metrô 4,74% e acessórios e peças 4,44%.

Dentre os quatros grupos estudados no ano de 2021 o transporte foi o que mais influenciou o resultado da inflação alta de 2021, com a variação acumulada de 21,03% este percentual se deu principalmente pelos combustíveis. Isso devido os constantes reajustes nas bombas e também aos problemas climáticos enfrentados na produção do açúcar conforme citado anteriormente, os itens responsáveis por tal aumento foram o etanol 62,33%, a gasolina 47,49%, óleo diesel 46,04%, gás veicular 38,72% e o transporte por aplicativo 33,75%, este ultimo item alcançou tal percentual devido aos reflexos dos combustíveis afetando diretamente o preço para utilização do serviço de aplicativos e uma demanda mais alta devido à retomada das atividades por conta da chegada da vacinação.

Quadro 4 – Saúde e cuidados pessoais - Variação acumulada no ano (%)

Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação	Ano	Itens	Variação
2018	Plano de saúde	11,17	2019	Hospitalização e cirurgia	8,98	2020	Sabonete	7,88	2021	Sabonete	14,65
	Artigos ortopédicos	5,51		Perfume	8,25		Dentista	5,46		Antialérgico e broncodilatador	9,21
	Produto para unha	5,23		Plano de saúde	8,24		Produto para pele	5,03		Anti-inflamatório e antirreumático	7,96
	Artigos de maquiagem	5,05		Produto para pele	6,17		Dermatológico	4,51		Hormonal	7,96
	Psicólogo	4,95		Desodorante	5,36		Fisioterapeuta	4,33		Analgésico e antitérmico	7,93

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do IPCA (2022)

Quanto ao grupo de saúde e cuidados pessoais este encerrou o ano de 2018 com o percentual de 3,95% se comparado com os outros três grupos foi o que atingiu a menor taxa entre eles, os cinco itens deste grupo citados no Quadro 4 que impulsionaram esta taxa foram, os planos de saúde com 11,17% de variação acumulada no ano, motivados por conta do reajuste estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS, 2018) logo em seguida os artigos ortopédicos 5,51%, produto para unha 5,23%, artigos de maquiagem 5,05% e psicólogo 4,95%.

Enquanto em 2019 o percentual de 5,41% foi puxado pelo reajuste de preços nos planos de saúde estabelecidos pela ANS que continuaram refletindo em 2019 conforme Kislanov (2020), no Quadro 4 os itens com maior variação acumulada no ano foram as hospitalização e cirurgia 8,98%, perfume 8,25%, plano de saúde 8,24%, produto para pele

6,17% e desodorante 5,36%. Outra consequência desse aumento de preço foi em relação ao setor de cosméticos, houve uma expansão do setor no Brasil em comparação aos últimos dois anos aponta Mendes (2019), com a demanda aumentando os itens acabaram ficando mais caros como os citados anteriormente sendo o caso do desodorante e perfumes.

No ano de 2020 o sabonete 7,88%, dentista 5,46%, produto para pele 5,03%, dermatológico 4,51% e fisioterapeuta 4,33% foram os cinco itens que mais influenciaram o percentual de variação acumulada. Uma observação situada sobre o item em que teve o maior acumulado de variação segundo Carrança (2020) foi à elevação no custo da matéria-prima utilizada para fabricação do sabonete, item que mais sofreu variação de preço. Teve um aumento de 80%, fazendo com que o custo dos fabricantes fosse repassado aos consumidores. Considerando a situação do ano de 2020 frente a uma pandemia o sabonete é um item essencial para a prevenção da contaminação da Covid-19 vista a sua importância na higienização.

Enquanto para o ano de 2021 o sabonete continuou sendo o que obteve maior influência no IPCA, com uma participação de 14,65%, pela mesma motivação do ano anterior, com uma demanda maior pelo produto e um encarecimento da matéria-prima. Em seguida o antialérgico e broncodilatador 9,21%, anti-inflamatório e antirreumático 7,96%, hormonal 7,96%, e por fim analgésico e antitérmico com 7,93%. Os remédios ficaram mais caros em 2021 devido ao aumento[5]aprovado pelo governo em três níveis sendo o máximo de aumento permitido de 10,08%.

A pandemia da Covid-19 impactou de forma direta e indireta a inflação do período analisado, o aumento dos preços é formado por diversas ligações a depender de cada produto e região. Um dos problemas que obteve sua parcela de contribuição para o aumento do preço dos itens de cada grupo, foi à falta de matéria-prima para a produção de determinados produtos, problema este que foi enfrentado devido ao fechamento de alguns setores para a contenção do vírus e preservação da vida de seus trabalhadores de forma espontânea ou forçada por decretos. Os problemas climáticos tiveram um papel importante na contribuição para tais porcentagens de inflação. Outro ponto que também teve sua contribuição para puxar a inflação para cima foi à escassez de mão-de-obra, devido às percas ou as sequelas ocasionadas pela Covid-19.

5. Considerações Finais

A pandemia da covid-19 afligiu a sociedade e a economia em um nível global. Mas focalizando no território brasileiro esta afetou não somente o campo econômico, mas diversas outras questões alarmantes, como as questões sociais, de saúde e também política. O despreparo para lidar com tamanha crise proporcionou problemas ainda maiores que poderiam ser minimizados se houvesse um maior preparo e resistência para lidar com tais situações, além de ter evidenciado as adversidades que já são presentes constantemente na população. Resultante aos problemas sanitários e inflacionários, a consequência trazida à população brasileira são cruéis, a pandemia da Covid-19 maximizou os problemas já existentes.

[5] A resolução CM-CMED n°1, de 31 de março de 2021 publicada no diário oficial da união edição 61-C, seção 1 – extra C, página 1, estabeleceu a definição de preço dos medicamentos, a partir desta data as empresas produtoras de medicamentos poderia ajustar os preços dos seus medicamentos, considerando os percentuais estabelecidos em níveis sendo, o nível 1 de 10,08% o nível 2 de 8,44% e o nível 3 de 6,79%, isto mediante a aprovação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

As consequências para as famílias deste efeito inflacionário atingem diretamente os itens necessários para sobrevivência, alimentação, habitação, transporte e saúde. Com o aumento dos preços desproporcional a renda média da população brasileira ou até mesmo a queda dos rendimentos devido ao desemprego, as trocas de produtos são feitas muitas vezes baseadas em preço e não em qualidade, sabendo ainda de toda a questão da diferenciação da composição de renda das famílias, o problema se agrava ainda mais nos grupos de renda menor. Desta forma faz com que aumente a insegurança alimentar e nutricional dessas famílias e diminua a qualidade habitacional, sendo preciso optar muitas vezes por uma mudança de moradia para regiões com uma menor ou sem nenhuma estrutura habitacional para reduzir o custo no orçamento, afetando assim à locomoção e consequentemente a saúde por conta de toda a mudança da qualidade de vida sofrida.

A alta demanda global da matéria-prima essencial para a produção de determinado produto, o acréscimo no preço das commodities, associados à alta do dólar, fez com que os preços dos produtos e serviços ficassem mais caros na economia doméstica. Sendo assim, essa elevação de custo na produção teve que ser repassada aos consumidores, ocasionando um aumento nos preços de inúmeros produtos, principalmente os de necessidade básica, como é o caso da alimentação e habitação.

Por último, sugere-se que trabalhos futuros busquem compreender como a inflação irá se comportar nos próximos anos, tentando captar cada vez mais o efeito da pandemia global iniciada em 2019, na economia brasileira e como será o comportamento do vírus da Covid-19 no futuro. Pois, compreendendo alguns determinantes, políticas econômicas poderão ser criadas com o intuito de minimizar o efeito negativo que um choque sanitário, econômico e social adverso pode ocasionar na conjuntura econômica brasileira e mundial.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela ML et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. suppl 1, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS LOCADORAS DE AUTOMÓVEIS. **ABLA inicia em SP divulgação do balanço nacional do setor**. 2019. Disponível em: <https://abla.associatec.com.br/noticia/abla-inicia-em-sp-divulgacao-do-balanco-nacional-do-setor>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das metas para a Inflação**. 2022. Disponível em:<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. Entendendo a inflação de 2020: gatilhos e repercussões. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 2, p. 133, 2021. Disponível em:<https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Ub3e8AKMlPwJ:scholar.google.com/+infla%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2018>. Acesso em: 27 mai. 2022.

BOSQUEROLLI, Arthur Martins *et al*. Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica. **Revista Primeiros Ensaios Econômicos**. 2021. Disponível em:<https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/crise-economica-causada-pela-pandemia-sera-longa-e-rigorosa-como-a-dos-anos-30-aponta-relatorio-feito-na-ufpr/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Que é a Covid-19?.**Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: Brasil Confirma Primeiro Caso da Doença**. Brasília, DF, 2020. Disponível em:< https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Avaliação de risco no cenário da covid-19 SE 12 (2022)**. Brasília, DF, 2022. Disponível em:<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/avaliacao-de-risco-para-covid-19/avaliacao-de-risco-no-cenario-da-covid-19-se-12-2022.pdf/view>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença**. Brasília, DF, 2020. Disponível em:< https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.979,** de 6 de fevereiro de 2020**.** Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. 2020**.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n. 10.661,** de 26 de março de 2021**.** Regulamenta a Medida Provisória n° 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). 2021**.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10661.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.661%2C%20DE%2026,coronav%C3%ADrus%20(covid%2D19)>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BRASIL. **Ministério de Minas e Energia**. Decretos de 10 de maio de 2022**.** Brasília, edição 88, seção 2, pág. 1. Disponível em:<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decretos-de-10-de-maio-de-2022-398974472>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Decretos de 28 de fevereiro de 2019**.** Brasília, edição 42-A, seção 2 extra, pág. 1. Disponível em:<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decretos-de-28-de-fevereiro-de-2019-65442415>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Decisão de 25 de junho de 2018**.** Brasília, edição 122, seção 1, pág. 45. Disponível em:<https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27390805/do1-2018-06-27-decisao-de-25-de-junho-de-2018-27390781>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CM-CMD n°1,** de 31 de março de 2021**.** Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2021, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos. 2021**.** Disponível em:<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cm-cmed-n-1-de-31-de-marco-de-2021-311666066>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil: impactos do Covid-19 e recuperação. **Revista de Economia**, v. 42, n. 77, p. 1-16, 2021. Disponível em:<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/79358/43364>. Acesso em: 27 mai. 2022.
CALLEGARO, Carlos Alberto. A procura da generalização da'Lei de Engel'. **Revista de Administração**, v. 17, n. 1, p. 49-59, 1982. Disponível em:<https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/166796>. Acesso em: 10 jun. 2022.
CANDIDO, Rodrigo Lunguinho; DA SILVA SANTOS, Vanessa Érica; TAVARES, Fernanda Beatryz Rolim. O impacto econômico da greve dos caminhoneiros: uma análise jurídica, fática e econômica dos acontecimentos. **Research, SocietyandDevelopment**, v. 8, n. 1, p. e4681638, 2019.Disponível em:<https://www.redalyc.org/journal/5606/560662192046/560662192046.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
CARRANÇA, Thais. Alta do sebo de boi leva fabricantes de sabonete a pedir intervenção do governo. **Folha de São Paulo**. São Paulo 2020. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/alta-do-sebo-de-boi-leva-fabricantes-de-sabonete-a-pedir-intervencao-do-governo.shtml>. Acesso em: 15 out. 2022.
CASTRO, Catarina Sampaio de et al. Pandemia da Covid-19: cenário do sistema de saúde brasileiro para o enfrentamento da crise. 2020. Disponível em:<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41585>. Acesso em: 10 jun. 2022.
CASTRO, Rosana. Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia?. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310100, 2021. Disponível em:<https://www.scielosp.org/pdf/physis/2021.v31n1/e310100/pt>. Acesso em: 27mai. 2022.
CBIC. **Custo com materiais de construção aumentou 50% em dois anos**. 2022. Disponível em:<https://cbic.org.br/custo-com-materiais-de-construcao-aumentou-50-em-dois-anos/#:~:text=Considerando%20as%20varia%C3%A7%C3%B5es%20acumuladas%20nos,instala%C3%A7%C3%B5es%20hidr%C3%A1ulicas%2037%2C44%25>. Acesso em: 14 out. 2022.
CNN. **Primeira pessoa é vacinada contra Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em:<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contra-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
CORREIO BRASILIENSE. **Mercado de cosméticos cresce, apesar da crise**. 2019. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/06/06/internas_economia,760579/mercado-de-cosmeticos-cresce-apesar-da-crise.shtml>. Acesso em: 15 out. 2022.
CUNHA, Andre Moreira. A Economia Global e a Pandemia: algumas lições da história. **Análise: conjuntura nacional e Coronavírus. FCE/UFRGS. Porto Alegre. 23 mar. 2020**, 2020. Disponível em:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215419/001118518.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 mai. 2022.
DE BARCELOS, Thainá do Nascimento et al. Análise de fakenews veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 45, p. e65, 2021. Disponível em:<https://www.scielosp.org/article/rpsp/2021.v45/e65/pt/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
EL KHATIB, Ahmed Sameer. Economía versus epidemiologia: uma análise do trade-off entre mercados e vidas em tempos de COVID-19. **Contabilidad y Negocios**, v. 15, n. 30, p. 62-80, 2020. Disponível

em:<https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/contabilidadyNegocios/article/view/23141/22144>. Acesso em: 27mai. 2022.
GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.
G1. **Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil**. 4 jun. 2022. Disponível em:< https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
HOFFMANN, Rodolfo; DE JESUS, Josimar Gonçalves. Como o consumo domiciliar de alimentos específicos varia com a renda, Brasil, 2017-2018. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021030-e021030, 2021. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665493>. Acesso em: 27abr. 2022.
IBGE**. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32725-inflacao-sobe-0-73-em-dezembro-e-fecha-2021-com-alta-de-10-06>. Acesso em: 17mar. 2022.
IBGE**. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. 2018. Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23561-com-menor-dezembro-do-plano-real-inflacao-fecha-o-ano-em-3-75-e-cumpre-meta>. Acesso em: 17 mar. 2022.
IBGE**. Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor**. 2021. Disponível em:< https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/dezembro-2021>. Acesso em: 17 mar. 2022.
IBGE. **Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. 2022. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>. Acesso em: 17 mar. 2022.
IBGE. **Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020**. 2021. Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020>. Acesso em: 17 mar. 2022.
IBGE. **Setor siderúrgico puxa alta de 50,5% no valor de produção do carvão vegetal em 2018**. 2019. Disponível em:<https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25477-setor-siderurgico-puxa-alta-de-50-5-no-valor-de-producao-do-carvao-vegetal-em-2018.html>. Acesso em: 13 ago. 2022.
IBGE. **Inflação acelera em dezembro e chega a 4,52% em 2020, a maior alta desde 2016**. 2021. Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29871-inflacao-acelera-em-dezembro-e-chega-a-4-52-em-2020-a-maior-alta-desde 2016#:~:text=A%20infla%C3%A7%C3%A3o%20fechou%202020%20com,hoje%20(12)%20pelo%20IBGE>**.** Acesso em: 11 out. 2022
IBGE. **Inflação sobe 0,73% em dezembro e fecha 2021 com alta de 10,06%**. 2022. Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32725-inflacao-sobe-0-73-em-dezembro-e-fecha-2021-com-alta-de-10-06#:~:text=Com%20alta%20de%200%2C73,era%20de%205%2C25%25>.Acesso em: 11 out. 2022

IBGE. **Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. 2022. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7242>. Acesso em: 06 out. 2022.
INSTITUTO BUTANTAN. **Queda nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças**. 2022, Disponível em:<https://butantan.gov.br/noticias/queda-nas-taxas-de-vacinacao-no-brasil-ameaca-a-saude-das-criancas>. Acesso em: 13 jun. 2022.
IPEA. **Inflação por Faixa de Renda– Dezembro, 2021**. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/01/inflacao-por-faixa-de-renda-dezembro2021/>. Acesso em: 17 mar. 2022.
IPEA. **Carta de Conjuntura, 4° trimestre de 2021**. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211222_cc_53_nota_27_visao_geral.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.
JUNIOR, Marcello Casal. Bandeira de escassez hídrica deve ir até abril, diz ministro. Agência Brasil. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-01/bandeira-de-escassez-hidrica-deve-ir-ate-abril-diz-ministro>. Acesso em: 24 set. 2022.
JUNIOR, Reynaldo Rubem Ferreira; SANTA RITA, Luciana Peixoto. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de prospecção**, v. 13, n. 2 COVID-19, p. 459-459, 2020. Disponível em:<https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36183>. Acesso em: 27mai. 2022.
LINO, Igor dos Reis; BRAZ, André Furtado. Inflação para famílias de baixa renda: um estudo preliminar. 2019. Disponível em:<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29165>. Acesso em: 27mai. 2022.
MONTEIRO, Solange.Insegurança alimentar e auxílio Brasil: falta reconhecer que necessidade é maior nas famílias mais pobres, diz Marcelo Neri. **Blog da conjuntura econômica,** Rio de janeiro, 30, maio. 2022. Disponível em:<https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/inseguranca-alimentar-e-auxilio-brasil-falta-reconhecer-que#:~:text=Tal%20como%20em%20outros%20pa%C3%ADses,os%20efeitos%20do%20choque%20sanit%C3%A1rio>. Acesso em: 07 out. 2022.
MORENO, Ana Carolina et. al. **Greve dos caminhoneiros: diferenças e semelhanças do protesto de 2018com os de 2013 e 2015**. 2018. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/greve-dos-caminhoneiros-diferencas-e-semelhancas-do-protesto-de-2018-com-os-de-2013-e-2015.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2022.
NASCIMENTO, Francisleile Lima; PACHECO, Alberto do Espírito Santos Dantas. Sistema de saúde público no Brasil e a pandemia do novo coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 63-72, 2020. Disponível em:<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/131/128>. Acesso em: 27 mai. 2022.
NERI, Marcelo Côrtes. **Insegurança alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais**. 2022. Disponível em:<https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>. Acesso em: 10 jun. 2022.
NITAHARA, Akemi. **IBGE: inflação oficial fecha 2021 com alta de 10,06%**. Agência Brasil. 2022. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/ibge-inflacao-medida-pelo-ipca-fecha-2021-com-alta-de-1006#:~:text=Publicado%20em%2011%2F01%2F2022,10%2C06%25%20em%202021>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OMS. **OMS Declara Coronavírus Emergência de Saúde Pública Internacional**. 2020.Disponível em:<https://news.un.org/pt/story/2020/01/1702492>.Acesso em: 14abr. 2022.

OMS. **Painel da OMS Sobre o Coronavírus (COVID-19)**. 2022. Disponível em:<https://covid19.who.int/>. Acesso em: 14abr. 2022.

OMS.**Organização Mundial da Saúde Declara Novo Coronavírus uma Pandemia**. 2020.Disponível em:<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>.Acesso em: 14abr. 2022.

OMS. **Origens do vírus SARS-CoV-2**. 2021. Disponível em:<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/origins-of-the-virus>. Acesso em: 14abr. 2022.

OMS. **Doença de coronavírus (COVID-19): Como é transmitida?**. 2021. Disponível em:<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19-how-is-it-transmitted>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 121-141, 2018. Disponível em:<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/223>. Acesso em: 27 mai. 2022.

PODER360. Agência nacional de águas declara situação hídrica “crítica” em 5 estados. Poder360. Disponível em:<https://www.poder360.com.br/economia/agencia-nacional-de-aguas-declara-situacao-hidrica-critica-em-5-estados/>. Acesso em: 24 set. 2022.

ROBERTO, Felipe Lopes et al. A busca de informação sobre covid-19 na web: uma perspectiva cibermétrica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 16, n. 1, 2022.Disponível em:<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2381>. Acesso em: 27 mai. 2022.

SARAIVA, Alessandra et. al. Como funciona a política de preços da Petrobras? Entenda. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em:<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/06/17/como-funciona-a-politica-de-precos-da-petrobras-entenda.ghtml>**.** Acesso em: 14 out. 2022.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de; BUSS, Paulo Marchiori. Desafios globais para o acesso equitativo à vacinação contra a COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00056521, 2021. Disponível em:<https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n9/e00056521/pt/>. Acesso em: 27 mai. 2022.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.Disponível em:<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso em: 27mai. 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marilia Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00068820, 2020. Disponível em:<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 27 mai. 2022.